

# CAMPUS

## Acolhimento relativo

A cada dez estudantes indígenas que ingressam na UnB, quatro não se formam. Os que resistem, como Debora dos Santos, relatam dificuldades.



## CARTA AO LEITOR

O novo semestre do **Campus** começou com uma dificuldade: a redução na equipe. Com isso, tivemos que nos dedicar exclusivamente às pautas propostas desde a apuração até a diagramação. Pensando nas adversidades enfrentadas por estudantes da UnB, a matéria de capa coloca em evidência os desafios da implementação das cotas indígenas e sua repercussão na comunidade acadêmica.

Há em destaque dois temas nesta edição: saúde e a cena musical de Brasília. Na página 6, você verá que as usuárias de sabonete íntimo estão comprando produtos com rótulos enganosos e que isso pode ser prejudicial à saúde. Em seguida é possível

acompanhar as consequências da falta de funcionários em postos de saúde para realizar o teste de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), como a Aids. Se música é um reflexo da sua população, a nossa está em mudança, e a página 3 nos mostra como o rock brasileiro - famoso no país inteiro - está se reinventando a partir da influência de outros estilos musicais. Já o samba e as suas rodas, descritas na página 8, estão reinventando o centro de Brasília, ocupando locais muitas vezes esquecidos pelo poder público com cultura e festa.

Desejamos uma boa leitura.

## OMBUDSMAN

A última edição do **Campus** do primeiro semestre de 2017 provoca mais uma vez uma reflexão sobre o futuro do jornalismo impresso. Uma boa apuração e o aprofundamento dos temas caminham lado a lado da estabilidade deste meio de comunicação. Não é o que acontece na edição de número 440 do jornal universitário. A começar pela capa, figura tão importante na conquista do leitor, e que deixou a desejar em relação às edições anteriores do semestre. A diagramação interferiu na estética, e a ideia, embora boa, foi desperdiçada. Mas onde há sombra, há sempre luz, ainda que nem tudo seja o que parece ser.

A matéria *Sem acessibilidade para todos* não apresenta nenhuma apuração jornalística inédita, embora mereça elogios quanto à escrita, fotografia, diagramação e na humanização da narrativa jornalística. Entretanto, o impacto da internet no jornalismo foi e continua sendo muito grande e infelizmente - ou felizmente - as pessoas não leem um jornal procurando conteúdos rasos, muito menos notícias que já se encontram em seu cotidiano e não acrescentam nada de novo.

A reportagem de capa *À espera de julgamento* trata de um tema complexo de forma simples, coe-

É o termo que significa "provedor de justiça". Ele discute a produção dos jornalistas a partir da perspectiva do leitor.

rente. Tudo é muito bem explicado e o principal, aprofundado. A melhor matéria do jornal é complementada por boxes de forma clara, objetiva. Privilegia o texto e dá destaque para a ilustração, que deixa tudo mais intuitivo. Na sequência, outra boa matéria. *Não posso comer ovo, e agora?* traz um tema pouco abordado pela mídia, apresentando alternativas e explicando um novo mercado em crescimento. Contudo, nota-se desleixo com relação ao box e à foto da matéria.

*Educação sem energia* e *Versos e força* tratam de temas do cotidiano universitário, embora a primeira

não acrescente nada de novo, interessante ou aprofundado sobre o assunto. A segunda, além de bem diagramada, é agradável e envolve o leitor. Erros de ortografia e digitação, fonte alterada para ajustar texto e fotos sem legendas são problemas do passado. O jornal universitário segue em crescimento mesmo em anos de retrocesso. A involução é parte da evolução. Estamos todos em um constante processo de construção. Errem para aprender, acertem para se motivar, tentem competir com as novas mídias. Acertem nesta competição, persistam, aprofundem.

Por **Paulo Victor Queiroz**

## MEMÓRIA



Em 1º de julho de 1983, o então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), coronel Paulo Leal, pediu demissão devido a pressões indígenas resultantes de uma ocupação da sede da instituição.

No dia seguinte, o coronel Otávio Ferreira Lima o substituiu. Segundo muitos, ele já entrava “com o pé esquerdo”. Esses acontecimentos e as principais pautas de debate levantadas pelos caciques, como os problemas de invasão e delimitação de suas terras, foram narrados na edição nº 53/54 do **Campus** pelos repórteres Paulenir Constâncio e Luiza Modesto.

Em abril de 1984, aconteceu o II Encontro das Lideranças Indígenas Brasileiras e ficou claro que o novo presidente não havia trazido para a mesa, passados nove meses, a melhora necessária. Os partici-

pantes do evento reivindicaram a retirada de Lima, pois queriam “um homem que conhece o problema do índio”. O coronel havia ignorado alguns dias antes o chamado para que participasse de uma reunião de pacificação da situação no Parque Nacional do Xingu. Seu silêncio resultou na interdição da estrada BR-080 por parte dos indígenas e agravou as tensões entre esses e os fazendeiros da região. Novamente, Luiza Modesto publicou a narrativa, juntamente com os repórteres Jair Barbosa Jr. e Diogo Neto, na edição nº 62 do **Campus**.

## EXPEDIENTE

Repórteres, fotógrafos(as) e editores(as):  
Danielle Assis,  
Isabella Veloso,  
Kaue Scarim,  
Thais Rosa e  
Vivien Doherty Luduvise

Projeto Gráfico:  
Michael Rios e Thallita Essi

Professor: Solano Nascimento  
Gráfica: Coronário  
Tiragem: 3.000

Jornal-laboratório da  
Faculdade de Comunicação da  
**Universidade de Brasília (UnB)**



# Um pé no rock, e o outro...

Novas bandas da capital apostam em misturas de diferentes estilos para compor suas músicas

Por Thaís Rosa

Paulo Batista, guitarrista da brasileira Cachimbó, se utiliza de metáforas para explicar a relação entre estilos utilizados pela banda: “Todos nós partimos do rock, é um sapato velho sempre confortável de se botar no pé, é o lugar que a gente vai e se sente tranquilo. O rock poderia ser encaixado como nossa fundação, mas queremos ver o prédio indo lá pro alto”. José Renato, vocalista da Metamônica, expõe uma visão parecida do papel do rock em suas criações musicais. Segundo ele, todos os integrantes da banda têm uma formação e background no rock e esse gênero “é o lugar de onde podemos partir”, mas não é necessariamente onde querem chegar.

Nascidas das ruas sem esquina da capital, essas e várias outras bandas autorais contemporâneas compartilham em seus sons uma mescla de gêneros musicais, muitas vezes com um pé no rock e o outro sambando por aí. Matheus Moreto, guitarrista da Marmitexas, acredita que a conjuntura atual está propícia para as bandas que buscam fazer esse tipo de salada musical. “Hoje eu vejo bandas que curtem rock, mas também psicodelia, rap francês, e várias outras coisas aparentemente desconexas, mas que os caras conseguem juntar e fazer um som muito diferente. Isso está sendo interessante na cena brasileira em um geral.”

## Muntchako

Um grande exemplo de misturas inusitadas, a Muntchako se define como um ponto de convergência entre diferentes gostos e passados musicais. “Muntchako são três cabeças, cada cabeça vários mundos. A gente vai encaixando as inquietações de cada um ali”, conta Macaxeira Acioli. O percussionista traz para a mesa seu passado tocando na Hypnotic Brass Ensemble, grupo de jazz de Chicago, enquanto Rodrigo Barata (bateria/samples) conta com sua experiência no Sistema Criolina, banda formada por DJs e músicos de distintas origens, e Samuel Mota (guitarra/banjo/sintetizadores/samples) fecha a mistura com seu envolvimento na banda Jah Live e com o músico Genival Oliveira Gonçalves (GOG), rapper de Sobradinho.

Nascida em 2014, a Muntchako carrega influências do rock que vão desde a formação de Mota e Barata, cujas primeiras bandas foram desse gênero, até os Mutantes, banda brasileira de rock psicodélico que, para os três integrantes, mudou paradigmas musicais e os inspiram até hoje. “O rock está presente na atitude, na postura”, explica Barata. Ainda em setembro, chega ao Youtube um novo clipe da banda, que trará elementos de séries orientais dos anos 80 e 90 como Jiraya e Super Sentai, super heróis que marcaram a infância dos integrantes da

banda. O nome da música é Golpe, e o clipe foi produzido a partir de financiamento coletivo. Em outubro, a banda lança seu primeiro disco. O LP, que tem o mesmo nome da banda e conta com sete faixas, foi financiado pelo programa governamental Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e produzido pela Curumin, banda brasileira de soul.

## Metamônica

“Ela é assim: o verso e a vibe são bem latinas, tem uma parte mais rock, o refrão é um disco e o final é um samba”, explica Mateus de Castro sobre a mais nova música da banda brasileira Metamônica, ainda sem nome. Tocando baixo, ele compõe a banda com José Renato (voz), Caio Silva (bateria) e Raphael Rodrigues (guitarra). Para este último, um dos pontos mais importantes na criação musical da Metamônica é estar sempre de braços abertos às mais diversas influências musicais. “Nossa abertura resume muito do que penso sobre o nosso som. É experimentar e não se limitar”, conta Rodrigues. “O nosso primeiro álbum flerta com nossa tentativa. Ele tem uma sanfona, um baião, um repente, um samba, mas ainda assim temos muito que amadurecer para chegar onde queremos”, complementa Castro.

Um dos focos é brincar com diversos estilos musicais típicos do Brasil, como maracatu, baião e carimbó. “Nossa brasilidade é uma questão de identidade. Eu fui introduzido na música de uma forma colonizada e agora é a hora em que eu quero redescobrir de onde eu vim”, conta José Renato, que compõe as canções juntamente com Castro. Criada em 2013, foi na segunda metade de 2015 que a banda se lançou oficialmente no mercado, com direito a página oficial no Facebook, músicas no Youtube, Spotify, Soundcloud e outras plataformas online, além de um álbum chamado “Meia Ponte”, com oito faixas.

## Marmitexas

No caso da Marmitexas, a combinação é de dois gêneros musicais específicos: hardcore e country, com letras bem-humoradas e irreverentes. “O hardcore é a imagem do proletariado, o cara que trabalha na indústria e come uma marmita no almoço. Texas remete ao outro aspecto da nossa música, o country do sul americano”, explica Moreto. Ao compor suas músicas, os integrantes sempre se veem no desafio de “countryzar” seu hardcore e “hardcorezar” seu country.

Um homem “rústico, barbudo e barrigudo” cantando country - foi dessa imagem mental de Moreto e do baixista David Goes que a ideia da banda surgiu enquanto curtiavam juntos os

sons do Rock in Rio 2013. Ironicamente, as letras remetem a um tipo de personagem muito diferente. “A banda carioca Matanza, criadora do countrycore e uma das nossas inspirações, muitas vezes cria um personagem que é o estereótipo do machão, super viril. A gente sempre achou isso muito engraçado porque somos o oposto, pequenos, magrelos”, diz Moreto.

Com um par de clipes no Youtube e o lançamento do primeiro EP previsto para o mês de outubro, a banda apresenta um currículo de shows no Entorno e outras áreas do Goiás, regiões onde o sertanejo reina e seu estilo musical é mais bem aceito. “Também o som punk, hardcore ou até um metal mais forte não têm um espaço tão grande no Plano Piloto”, opina Moreto. Os demais integrantes são Michael “Migué” Baruc (voz/gaita/violão), Murilo Viddotto (guitarra/baixo/violão) e Bruno “Sheep” Melo (bateria).

## Cachimbó

Em sua página do Facebook, a banda Cachimbó define seu gênero como “eletropop” - pop em referência ao termo literal, pois escolhem tocar ritmos populares, e eletro devido ao amplo uso de beats eletrônicos e sintetizadores. “Foi o melhor nome para exprimir o que a gente faz sem confundir muito as pessoas”, conta João Pedro Oliveira (teclado/sintetizador/percussão). A banda busca ser o ponto de encontro entre três background musicais muito diferentes: João Pedro, com sua paixão pelo rock indie, música eletrônica e estilos mais undergrounds, Paulo Batista (guitarra), com o samba e pagode populares no Rio de Janeiro, de onde ele vem, e Lai Victoria (voz) com a swingueira e o axé das suas terras baianas. “A Cachimbó é onde todo mundo se sente representado”, explica Lai.

Com quatro faixas, o EP da banda chamado “Bate Bico”, outro nome popular para o pássaro cachimbó, foi lançado no fim de 2015 juntamente com o clipe da música “Janaína”, e agora a banda está no processo de gravar seu primeiro CD.

Lai vê a música brasileira como uma eterna evolução: “A cidade muda de cara, que muda de cultura, que muda de população... é um ciclo. Aquele rock dos anos 80 era a cara da juventude de elite da época, que tinha acesso a mercados estrangeiros em uma época que nem todos tinham acesso a isso. A cidade hoje é positivamente mais plural, traz elementos de música tida como mais periférica, como samba, música de matrizes africanas, dança de roda”. A visão da vocalista sintetiza a essência da realidade musical brasileira: um reflexo de da diversidade de sua população.

Foto por Ferreira Maia



Foto por Rodrigo Abreu



Foto por Gustavo Godoi



Foto pela empresa VOS



Da esquerda para a direita: Muntchako, Metamônica, Marmitexas e Cachimbó.

# Desafios da permanência

Quatro de cada dez estudantes indígenas não concluem a graduação na UnB

Por **Danielle Assis**

Vítimas de uma marginalização identitária e de um etnocídio histórico, os povos indígenas seguem resistindo na luta pelos direitos e pela manutenção dos costumes, buscando se integrar a uma sociedade que se pretende pluriétnica e inclusiva. Na universidade de Darcy Ribeiro não deveria ser diferente. Defensor dos índios e da educação pública e universal, o idealizador da UnB sonhava com um ambiente acadêmico que fosse plural e irrestrito.

Seguindo sua linha de fundação, na missão de tentar reparar desigualdades históricas, a UnB foi pioneira ao firmar um convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2003, empenhando-se em assegurar o acesso de indígenas ao ensino superior. A ideia era formar profissionais e especialistas indígenas para melhorar as condições de vida em suas comunidades.

O acordo estabelecia a entrada de dez estudantes por semestre, durante uma década, em sete cursos da graduação (Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Enfermagem, Engenharia Florestal, Medicina e Nutrição). No entanto, apenas 118 dos 200 estudantes esperados conseguiram ingressar na UnB nesse período. Desses, 28 se formaram e 39 ainda estão matriculados, segundo dados do Decanato de Ensino da Graduação (DEG). O restante não conseguiu concluir o curso, representando um índice de evasão de mais de 40% - quase o dobro da média de evadidos da UnB, conforme análise do DEG feita entre os anos de 2004 e 2008.

As causas da evasão são diversas e precisam ser analisadas com cautela a fim de atenuar as dificuldades e tornar a experiência universitária mais acolhedora para essas pessoas. Desse modo, não basta garantir apenas o acesso de grupos étnicos e raciais através de políticas de ação afirmativa, é preciso se certificar de que eles terão suporte para permanecer nesses espaços.

### Dificuldades

Daiara Tukano, do povo Tukano e estudante do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UnB, avalia que o espaço universitário faz uma “hierarquização” do conhecimento, causando um choque de visão de mundo para os indígenas que entram nesse meio.

“Os estudantes sofrem uma violência epistêmica, porque o conhecimento adquirido nas comunidades não é considerado científico, metodológico. Ele é desprezado por uma cultura acadêmica marcada pelo eurocentrismo colonial”, afirma. “Nosso conhecimento é mais que um papel, seja de diploma ou de dinheiro. Nosso conhecimento vem do mundo”.

Um estudo orientado por Umberto Euzébio, professor do Instituto de Biologia e ex-coordenador acadêmico de Estudantes Indígenas e de Questões Indígenas da UnB, analisou o perfil de estudantes indígenas de Agronomia e Ciências Biológicas. A conclusão

Foto: Danielle Assis



Lideranças indígenas na Maloca.

## A MALOCA

A Maloca cumpre um papel fundamental no processo de acolhimento, tentando minimizar as adversidades que os indígenas enfrentam. A coordenação funciona como um meio institucional de orientação pedagógica e constante diálogo, além de ser um ponto de encontro onde os estudantes podem rever seus parentes. Faz parte de sua tarefa, ainda, providenciar monitores para as disciplinas em que os estudantes têm mais dificuldades e intermediar os eventuais problemas com assistentes sociais. “A gente sente que não está sozinho aqui”, comemora a fulni-ô Ubirania de Sá.

Além de formação acadêmica e profissional, a UnB é estratégica para a resistência indígena. No centro político do país, os estudantes traçam lutas e se articulam com organizações nacionais do movimento, como a Associação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib). “A Maloca é um centro de referência, várias lideranças se reúnem aqui”, afirma Debora dos Santos, do povo Tupiniquim. Ela é uma das organizadoras do Acampamento Terra Livre (ATL), que reúne anualmente mais de 4 mil indígenas de todo o Brasil na Esplanada dos Ministérios.

foi que as disciplinas com maior índice de reprovação nesses cursos são do campo de Ciências Exatas.

Isso é entendido como uma consequência da educação básica na área, em geral bastante deficitária nas escolas de ensino fundamental e médio, em que a questão socioeconômica continua sendo fator determinante para a qualidade do ensino.

“Os professores na faculdade pressupõem que se a gente está aqui, a gente está preparado e vai entender tudo. Há coisas que eles consideram básicas, mas que eu nunca tinha visto no ensino médio”, conta Alessandro Magalhães, 22, do povo Kokama e estudante de Engenharia Ambiental. “Tem que correr muito mais atrás pra conseguir acompanhar a turma”.

De acordo com o relatório final da pesquisa de Euzébio, a estrutura programática e pedagógica da Universidade precisa se adequar para que a inclusão de estudantes indígenas advindos de contextos plurais e diversos culturalmente seja efetiva. Caso contrário, a tendência é que o alto índice de evasão evidenciado pelo DEG se perpetue.

Outro agravante para a não-permanência na Universidade é o financeiro. A maioria dos estudantes chega de lugares distantes, de comunidades rurais na Amazônia, Amapá e Acre, por exemplo, e não possuem renda suficiente para se manter em Brasília. Atualmente, a Funai e o Ministério da Educação (MEC) se comprometem a pagar bolsas de auxílio a esses estudantes, mas nem sempre a quantia é suficiente. “A gente já passou por muito perrengue aqui”, desabafa Alessandro.

**“Os estudantes sofrem uma violência epistêmica, porque o conhecimento adquirido nas comunidades não é considerado científico, metodológico.”**

Há, ainda, um auxílio-moradia da UnB, mas Debora dos Santos, 23, do povo Tupiniquim e estudante de Serviço Social, explica que é bem mais complicado de conseguir, pois não há um programa específico para indígenas. Assim, eles precisam concorrer em pé de igualdade com os outros estudantes de assistência. “É quase impossível conseguir acessar todos os auxílios”, conta.

Para além de questões práticas, financeiras e conteudistas, um grande desafio para a Universidade e os estudantes ainda é lidar com o estigma social e as particularidades culturais de cada comunidade. Um exemplo é o povo Fulni-ô, de Pernambuco, que além de ser o único do Nordeste a manter a língua nativa - o Ia-Tê -, possui em seu calendário um período sagrado, chamado de Ouricuri. São 14 semanas, de setembro a dezembro, em que os Fulni-ô precisam se dedicar inteiramente ao ritual.

A coordenação da Maloca (Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da UnB) afirma que costuma emitir uma declaração para os professores liberarem os estudantes pelo menos na primeira semana do ritual, mas relata que alguns docentes ainda se mostram pouco compreensivos. “É mais um trabalho de articulação do que institucional, pois de fato não há um respaldo da UnB para que os estudantes possam participar do ritual sem serem prejudicados”, explica Claudia Renault, coordenadora do centro. “A gente se baseia na Decla-

ração das Nações Unidas para os Povos Indígenas, que o Brasil assina, para fundamentar a argumentação”.

Ubirania de Sá, 28, do povo Funi-ô e estudante de Biologia, conta que ter de passar por essa situação já a fez ter dificuldade em concluir algumas disciplinas. “Geralmente vou só na primeira semana do ritual e às vezes consigo voltar também durante a semana universitária”, diz. Mesmo se programando para não ter de passar os três meses lá, ela diz que já aconteceu de o início do Ouricuri coincidir com alguma prova, e nem sempre os docentes oferecem uma data alternativa para que ela possa fazer a avaliação.

Para a futura bióloga, é difícil conciliar as duas coisas, pois, por mais que ela não esteja fisicamente presente na maior parte do ritual, seus pensamentos estão lá o tempo todo. “Participar do Ouricuri faz parte de quem somos. É muito importante pro meu povo. Se eu pudesse escolher entre a UnB e o ritual, eu escolheria o ritual”, afirma. “Nenhum dinheiro compra esse amor”.

Quando indagados se pretendem voltar para suas comunidades, a resposta é unânime. “Lá a

gente se sente em casa”, fala Alessandro, contando saudoso sobre o clima equatorial e o peixe com farinha de sua terra, na fronteira com a Colômbia. “Quero levar os conhecimentos que adquiri aqui e ajudar meu povo. Tem muito a ser melhorado, principalmente na questão da saúde indígena”, completa Debora, que começou a graduação em Enfermagem.

#### Novos estudantes

O convênio com a Funai foi renovado neste ano, e são esperados pelo menos 70 calouros de graduação para 2018, com 12 novos cursos participando do sistema de cotas. O processo seletivo será feito em comunidades de vários estados do país, a fim de assegurar mais oportunidades a quem não puder vir a Brasília, e a expectativa é que o ensino superior seja cada vez mais abrangente, buscando reparar a mancha histórica do massacre indígena no país. A trajetória é longa e os passos são de formiga, mas a Universidade deve isso aos povos ancestrais do território brasileiro e à honra do nome que carrega de Darcy Ribeiro.

Foto: Danielle Assis



Debora e Alessandro querem voltar para suas comunidades depois que se formarem.

# Problemas de rotulagem

*Em meio à polêmica sobre o uso de sabonetes íntimos, pesquisas expõem irregularidades nas embalagens desses produtos*

Por Isabella Veloso

Foto: Isabella Veloso



Marcas não estão cumprindo exigências da Anvisa

Os sabonetes íntimos têm se tornado motivo de debates entre consumidoras e ginecologistas. De um lado, há os que os defendem seu uso, e de outro os que afirmam não ser necessário. Mas para aquelas que utilizam esses produtos, é preciso ficar atentas às suas embalagens, já que algumas não estão de acordo com as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É o que revelam duas pesquisas realizadas em 2012 e 2016, respectivamente pela Universidade Sul de Santa Catarina (Unisul) e pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba. Entre as irregularidades encontradas estão a ausência de avisos de restrição de uso, informação inadequada de pH e até mesmo produto sem autorização da Anvisa para ser comercializado.

Os sabonetes íntimos devem ser utilizados para a limpeza da região externa do órgão genital, ou seja, apenas a área da vulva. Lívia Custódio, ginecologista e professora de Medicina da Universidade de Brasília, explica que “esses sabonetes não previnem infecções, eles servem apenas para fazer a higienização. Então não tem como fazer uma prescrição desse produto, porque ele é um cosmético”.

Os sabonetes íntimos geralmente apresentam em sua composição ácido lático, glicerina, sais de ácidos graxos que

retiram a sujeira da pele, controladores de pH e o EDTA, um composto orgânico que evita a formação de sólidos que podem se acomodar no fundo do recipiente.

A médica também alerta para os riscos de irritações causadas muitas vezes por alguma substância do produto. “Alguns sabonetes vêm com fragrâncias que podem causar reações adversas, como ressecamento da pele, coceira, vermelhidão e descamação”. Ela ainda enfatiza que as fragrâncias não são necessárias. “O odor natural da vagina não é desagradável, portanto se tiver com cheiro ruim, pode ser uma infecção, que só será tratada com antibióticos, não com sabonetes íntimos. Eles podem mascarar, mas não são a solução”.

## Dois em cinco

A pesquisa realizada por Priscilla Xavier Bezerra, aluna de Farmácia da UFCG, como trabalho de conclusão de curso e publicada na Revista Brasileira de Ciências da Saúde revela que, de cinco sabonetes íntimos de circulação nacional, apenas dois foram aprovados em todos os testes de avaliação de rotulagem e qualidade do produto. A base da avaliação foi a Resolução nº 4 de 2014 e o Parecer Técnico nº 1, de 28 de maio de 2004, da Anvisa.

Os pesquisadores não revelaram os nomes dos sabonetes, apenas os nomearam como marca A a E. Segundo a professora

Julia Beatriz, orientadora do trabalho, o objetivo maior era avaliar os sabonetes íntimo comercializados em geral, sem se ater ao fabricante.

Os resultados mostraram que a marca C foi a que mais apresentou problemas técnicos, já que não havia sido registrada na Anvisa. Segundo a pesquisa, “o fabricante apresenta um rótulo arbitrário e leva o consumidor a confundir-se, não apresenta informações básicas como nome, país de origem, endereço, tão pouco a rotulagem específica, apresentando as advertências pertinentes”. Para os pesquisadores, isso dificulta a rastreabilidade do fabricante. O sabonete apresenta uma descrição pouco esclarecedora de sua composição, não detalhando do que o produto é feito.

A marca C também utiliza o termo “sabonete íntimo antisséptico”. No entanto, esses produtos não têm objetivo de assepsia, já que segundo o Parecer Técnico nº 1 da Anvisa as “substâncias antissépticas podem interferir na integridade e na homeostase dos sistemas de defesa genitais femininos”, uma vez que podem eliminar organismos presentes no órgão que são essenciais para o bom funcionamento da região. Os sabonetes devem ter apenas a finalidade de higienização.

A marca B também apresentou problemas na rotulagem. O produto não apresenta os avisos de “Aplicar somente nos órgãos genitais” e “O excesso do produto é uma fonte de irritação genital”,

como recomenda o Parecer Técnico nº 1/2004. Isso porque o documento considera os sabonetes íntimos como produtos de grau de risco 2, ou seja, que têm um potencial maior de causar danos à saúde caso sejam utilizados de forma inadequada.

## Teste de pH

A rotulagem dos produtos de higiene íntima também é criticada na pesquisa realizada por alunos de medicina da Unisul e apresentada no XVI Congresso Sul-Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia. Os pesquisadores testaram se o pH de seis marcas de sabonetes íntimos cumpriam com o recomendado de 4,5 a 5. Os resultados mostraram que três produtos possuíam o pH 4,0, e a outra metade apresentou pH 5.

No entanto, as embalagens não indicam os valores exatos do pH, apenas usam termos genéricos como “pH balanceado”, “fisiológico” ou “neutro”. Essas características não correspondem ao que de fato o produto é, afinal um pH neutro corresponde a 7,0, por exemplo, dois pontos acima do registrado pelos sabonetes menos ácidos da pesquisa. Além disso, os produtos que registraram pH 4 estão abaixo do recomendado.

Segundo Souza, a falta de especificidade do pH na embalagem pode confundir os compradores. “O consumidor deve conhecer o produto que está usando, o que lhe permite fazer uma escolha mais consciente, por isso a importância de o pH constar na embalagem.”

## O que diz a lei

O artigo 17 da Resolução nº 4 de 2013 da Anvisa determina que a “rotulagem de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes não deve conter indicações e menções terapêuticas, nem denominações que induzam ao erro, engano ou confusão quanto a sua procedência, origem, composição, finalidade ou segurança”.

Já as penas para infrações sanitárias são descritas na lei 6.437/1977. Vão desde advertências, apreensão e inutilização do produto, interdição do estabelecimento de venda e cancelamento do registro a multa de R\$ 2 mil a R\$ 1,5 milhão, dependendo da gravidade da infração.

# A demora do teste rápido

*Falta de funcionários diminui o atendimento a pessoas com suspeita de HIV*

Por Vivien Doherty Luduvic

Foto: Vivien Doherty Luduvic

Uma estudante de Gestão de Políticas Públicas da UnB enfrentou uma peregrinação mal sucedida. Após ter passado por uma situação de risco de transmissão do HIV, a jovem queria fazer o teste rápido oferecido pelo GDF em três Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Plano Piloto para detectar o vírus, mas não conseguiu ser examinada em nenhuma delas. As explicações foram distintas e incluíram falta de material ou pessoal e excesso de demanda. “Senti um grande despreparo por parte do governo e da rede pública de saúde e fui obrigada a pagar do meu próprio bolso por algo que deveria estar disponível como política de prevenção”, relata a universitária, que prefere não se identificar.

O episódio não é um caso isolado. O Sistema Unificado de Saúde (SUS) prevê que todas as UBS estejam aptas para fazer o teste, mas isso não ocorre. No Plano Piloto, os três postos de referência para esse atendimento – o Núcleo de Testagem e Acolhimento (NTA), na rodoviária, a UBS da 508 Sul e o Centro de Saúde N°8, da 514 Sul – se encontram deteriorados e incapazes de suprir a demanda diária de exames para detectar a contaminação pelo vírus da Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

A situação mais crítica no Plano Piloto é a do Centro de Saúde da 514 Sul. A unidade possui um laboratório específico para recolher amostras dos pacientes, porém, não há funcionários no quadro para fazer a coleta. Posteriormente, o material deveria ser enviado para o Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB), onde é processado. Até 2015 era diferente, como conta a enfermeira Sheilah Andrade, que trabalha há 12 anos no Centro: “Nós tínhamos duas funcionárias específicas para essa primeira triagem. Elas realizavam os exames com toda a população que nos procurava, mas ambas se aposentaram. A mais recente foi no início do ano”.

Desde fevereiro, a unidade não possui nenhum funcionário apto a realizar o exame e prossegue recebendo demanda da população. Segundo a técnica administrativa Lucia Xavier, a busca pela aplicação de testes é diária, pois o serviço era fornecido pela unidade até janeiro. “Muitos jovens vêm até aqui para realizar a coleta. Eles



O posto da 514 Sul está com o quadro de funcionários reduzido para realizar testes de DSTs

saem frustrados por não podermos atendê-los”, diz.

A administração do posto informou que a gerente da unidade, devido à demanda, já solicitou à Secretaria de Saúde do Distrito Federal novos funcionários para ocupar os cargos. Porém, não houve retorno. Nos últimos três anos nenhum dos funcionários hoje aposentados foram repostos. A enfermeira Karoline Villas-Boas afirma: “Os funcionários estão engajados para atender os pacientes da melhor forma, mas não temos como suprir todas as necessidades básicas e com isso encontramos uma situação de atendimento muitas vezes indesejável”.

## Menos funcionários

Quando interessados não são atendidos no posto da 514 Sul, se dirigem ao posto da 508 Sul, que é especializado nesse tipo de atendimento. A realização do exame ocorre a partir da demanda de médicos infectologistas da unidade e de postos de saúde e hospitais, que encaminham pacientes para lá. Entretanto, o atendimento é limitado e a capacidade de assistência é restrita, pois atualmente só há cinco médicos com uma carga semanal de 80 horas, divididas em consultas de retorno e para novos pacientes.

Segundo o gerente e farmacêutico da unidade, José Fagundes, parte das pessoas volta para casa frustrada. “Não sabemos precisar quantos casos são deixados

de ser atendidos por dia. Os casos que avaliamos como graves, por exemplo os de pessoas que vivem com o vírus HIV ou gestantes, são passados na frente. O restante é orientado a voltar mais cedo no dia seguinte caso não haja consultas disponíveis.”

## Falta de espaço

Outra opção no Plano Piloto é o NTA, referência para a realização de exames de DSTs. Chegando ao Núcleo, em um espaço discreto no mezanino da rodoviária, é possível encontrar o vigia Duriu Cardoso. Ele relata: “Diariamente distribuímos duas levas de senhas, uma às 8h e a outra às 13h. Mas a falta de espaço lá dentro não permite que todas as pessoas que nos procuram consigam retirar sua senha e serem atendidas”.

O espaço insuficiente e a carência de profissionais resultam na restrição do número de atendimentos diários, como explica o chefe do núcleo, Gilmar Decaria. “Tínhamos 24 funcionários e hoje contamos com 11. Porém, a nossa capacidade de atendimento caiu pouco – de 80 exames por dia para 70. Estou lidando com profissionais que estão desgastados.”

A procura média de pessoas para realizar o exame por dia ultrapassa 150, o que significa que mais de 50% não são atendidas. Mesmo quem consegue atendimento pode enfrentar situações delicadas. Um mestrando em Relações Internacionais, que também prefere não

se identificar, relata que recentemente ao ir até o NTA teve uma experiência desagradável.

No local, que é extremamente movimentado, teve que retirar uma senha logo na entrada com o segurança que fica sentado em uma mesa. O núcleo estava lotado e por isso ele teve que aguardar do lado de fora. “Eu estava na fila de espera com mais algumas pessoas que, pelo constrangimento e a falta de tempo, preferiram ir embora e não realizar o teste rápido”. Decaria reconhece o problema: “O ideal seria que todos tivessem um atendimento privado, pois a maior parte dos pacientes se incomoda com a exposição”.

Nas duas unidades de saúde que estão realizando o teste, casos de urgência têm prioridade. Por exemplo, população de homens que fazem sexo com homens, travestis e profissionais do sexo possuem preferência no acesso ao atendimento, já que o risco de contágio nesses segmentos populacionais tende a ser superior ao da população em geral.

A redução no atendimento para exames da Aids ocorre justamente quando o Brasil segue a tendência mundial de aumentos nos casos de infecção entre jovens. Entre os anos de 2006 e 2015, a taxa entre jovens com idades de 15 a 19 anos mais que triplicou (de 2,2 para 6,9 casos/100 mil hab. no país). No grupo de 20 a 24 anos, dobrou (de 16,2 para 33,1 casos/100 mil hab.).

# O canto do trabalhador

A reinvenção do centro brasiliense com as rodas de sambas

Por Kauê Scarim

**Sexta-feira, 18h, quadra cinco do Setor Comercial Sul (SCS).** Em um largo amplo em meio a estacionamentos e centros comerciais, um grupo arma uma improvável roda de samba com mesas e cadeiras de plástico, equipamento de som simples e os instrumentos clássicos do ritmo: cavaquinho, violão, tantã, surdo e pandeiro.

Ao lado dos músicos, dois copos com cachaça repousam solitários em uma mesa. “Roubaram o Zé pela segunda vez há duas semanas”, conta Pedro Cariello, 40, que canta e faz um dos violões da roda. Ele se refere a Zé Pelintra, entidade da umbanda representada pelo personagem do “malandro”, cuja imagem ficava ali.

Todo de branco, Cariello diz que não segue religião, mas que mantém o costume de se vestir com a cor às sextas-feiras, referência a Oxalá - orixá umbandista que tem a cor como um dos símbolos -, em respeito às tradições negras e do próprio samba no Brasil.

A região é uma das poucas que faz a capital federal parecer com as outras grandes cidades brasileiras: durante todo o dia, a partir das primeiras horas, comércio, trabalhadores e muito barulho é o que há no setor.

A simplicidade da roda destoa de outros lugares de diversão noturna de Brasília. Em espaço aberto e público, não há cobrança de ingresso e o samba convive harmonicamente com ambulantes e pessoas em situação de rua.

A praça foi rebatizada pelos músicos, em maio de 2016, de “Noel Rosa”. Foi quando a roda começou e, mantendo a regularidade semanal, ajudou a transformar a realidade noturna do lugar.

“Sempre que eu passava, dizia: ‘será que um dia vai abrir um boteco, algo em que a gente possa colocar um samba nesta praça? Tomara que não abra igreja ou farmácia’”, diz Cariello. Ele conta que conversou com o dono do bar Churrasquinho Express um dia depois de sua abertura e, desde então, o grupo tocou praticamente todas as sextas no local.

Não à toa a roda leva o nome de “Do trabalho para o samba”. A ideia é exatamente esta: começar cedo e não acabar tarde, para conseguir arrebatar as pessoas saindo de seus locais de trabalho próximos.

Antes, a praça era mais conhecida pela deterioração e uso de drogas do que pela cultura. À noite, só escuridão - situação atenuada pela instalação de diversas lâmpadas fluorescentes. Cariello afirma que os músicos acreditam que é preciso saber lidar com a realidade local. “Nós fomos aprendendo a conviver. Temos um respeito absoluto por quem já estava aqui antes.”

O músico diz que a ideia de ocupar a região

central com cultura vem de longe. “Hoje, temos a dimensão de que o SCS é uma válvula de escape para toda a repressão da Lei do Silêncio”, diz. E defende: “A música nas quadras e praças de Brasília tem que continuar acontecendo, tem que se revigorar e tem que pressionar por uma lei melhor”. Cariello afirma que hoje há um “eixo transversal de cultura” no centro de Brasília, formado pelo Setor Comercial Sul e o Conic. “A gente está colaborando e acha que tem um potencial muito grande para esse tipo de ocupação.”

**Segunda-feira, 19h.** Na outra ponta desse “eixo” - e da semana -, o Conic, ou Setor de Diversões Sul em seu nome oficial, junta outra roda de sambistas com preocupações parecidas.

Grupo reunido pelo artista plástico, cantor e compositor Chico Teixeira, 37, o Samba de Marola se faz há um ano na praça cen-

escrito sobre isso. “O objetivo é gerar a oportunidade e pensar qual o tipo de cidade que a gente deseja.”

O Marola enfrenta a resistência de pessoas com o local. “Quando pergunto por que alguns amigos ainda não foram ao samba, muitas vezes a resposta é ‘o Conic é perigoso pra caramba, lugar de drogado’.” Para ele, os centros da cidade sempre vão ter seus problemas sociais, mas não é esse o motivo para as pessoas não irem. “Muitos não vêm para cá por preconceito mesmo.”

De fato, o Conic já teve mais glamour. Pensado pelo urbanista Lúcio Costa como um lugar para reunir cafés, livrarias, cinemas, teatros e outros espaços de consumo cultural sofisticado, foi se metamorfoseando ao longo do tempo, passando por diversas realidades até chegar à atual: lugar tomado principalmente por igrejas e comércios, com alguns poucos bares e restaurantes resistindo à mudança.

Teixeira tem orgulho de afirmar que essa opção pelo lugar faz com que o público seja bastante diversificado no Marola. E, ao mesmo tempo, cativo. “Sempre vem gente da Ceilândia e da Samambaia, por exemplo.” Há também moradores do Plano Piloto, pessoas que vivem no Conic e trabalhadores da região.

**A tradição do samba em Brasília é antiga.** Remonta à sua própria fundação, quando milhares de cariocas e nordestinos vieram ao Planalto Central para construir a cidade e formar o corpo de funcionários públicos da nova capital. Mesmo considerada por muitos como a “cidade do rock”, não faltam a ela exemplos para mostrar a força do samba: o antigo Balaio Café, o Calaf, a Aruc e, claro, o Clube do Choro - além do carnaval.

Tanto Pedro Cariello quanto Chico Teixeira concordam que há, hoje, uma nova geração fazendo samba em Brasília com o intuito de ocupar cada vez mais o espaço público. E, muitas vezes, “na raça”: pouco apoio, muita vontade e qualidade de sobra.

Teixeira, que também é compositor, conta que a última grande ascensão do ritmo na cidade foi na década de 1990. Ele cita nomes de grupos dessa época como se fossem membros de sua família: Sampagode, Amor Maior, Coisa Nossa, Luz do Samba e outros. Hoje, afirma, há um novo ciclo formado por grupos que querem ver a cidade ocupada com a cultura.

Para Cariello, há um efeito de “contaminação” entre os músicos acontecendo na cidade. Ao verem que rodas abertas estão dando certo, outras pessoas se animam e começam a fazer.

Não se sabe até quando vai durar esse ciclo, que mistura a força do samba com a audácia de fazê-lo de forma aberta. Mas os que hoje o fazem sabem da responsabilidade que carregam. “Quando fala de samba, a gente tem que pisar manso”, diz Cariello. E assim, de mansinho, a cultura do samba mantém sua história de resistência em diversos cantos da capital.



Foto de Kauê Scarim

Roda do Setor Comercial Sul

tral e, mesmo no dia mais odiado da semana, reúne pelo menos 200 pessoas em suas edições.

“Falei ‘vamos fazer uma roda para todo mundo. De graça e democrática’”, conta Teixeira. Carioca, cantou em várias rodas de samba do Rio de Janeiro, como na Pedra do Sal. Quando chegou a Brasília pela segunda vez, trouxe na bagagem a ideia de fazer a roda de samba com esses princípios.

Com amigos músicos, conversou com o dono do Thainá, bar que abriga o samba desde o início, e pediu somente suporte de bar e banheiro. Nas primeiras edições, foi no gogó: apenas os instrumentos de corda eram plugados em algum equipamento de som. A sucessiva perda da voz fez o cantor sugerir um investimento maior.

O grupo não se vê simplesmente como uma roda de samba. Segundo Teixeira, a ideia é ser um coletivo cultural e social maior: o grupo quer fazer do Marola um espaço de economia colaborativa, que misture a música com outras formas de arte e expressão para ajudar a revitalizar o Conic.

“A gente quer ocupar a cidade - toda a cidade. É a ideia de que, se há espaços públicos com facilidade de acesso e menos problema com barulho, é para ter cultura”. Teixeira diz que já há até um manifesto sendo